

Sisejufe integra campanha pela anulação do leilão da Vale

Os argumentos para se questionar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce partem do princípio de que a ex-estatal foi vendida a preço de banana, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com a CUT, o capital privado desembolsou apenas R\$ 3,3 bilhões para ter a maior produtora e exportadora de minério de ferro do mundo, cujas reservas comprovadas são de 41 bilhões de toneladas.

“A venda da Vale foi prejudicial para o povo brasileiro. Basta ver o lucro que a empresa teve no ano passado, que foi de R\$ 13,431 bilhões. Só no primeiro semestre de 2007, o lucro atingiu R\$ 10,937 bilhões, 80% maior que o mesmo período do ano anterior. E pensar que empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões à época. Essa subavaliação para nós é fraudulenta”, compara o diretor de Imprensa da CUT-RJ, Marcello Azevedo.

O Sisejufe participa da campanha

pela retomada da Vale juntamente com mais de 70 sindicatos filiados à CUT no Rio de Janeiro. De 1º a 7 de setembro, entidades da sociedade civil e sindicais vão realizar um plebiscito popular sobre validade da venda da mineradora. Os participantes vão responder à seguinte pergunta: “A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?”.

“A venda da Vale foi prejudicial para o povo brasileiro. Basta ver o lucro que a empresa teve no ano passado, que foi de R\$ 13,431 bilhões. Só no primeiro semestre de 2007, o lucro atingiu R\$ 10,937 bilhões, 80% maior que o mesmo período do ano anterior. E pensar que empresa foi vendida por R\$ 3,3 bilhões à época. Essa subavaliação para nós é fraudulenta.”

Como será o plebiscito

Cada comitê será responsável por organizar o local de votação, que serão identificados com faixas ou cartazes que orientem o votante. As urnas poderão ser instaladas em escolas, salas de aulas, universidades, centros acadêmicos, igrejas, sindicatos, entre outros locais, com ruas e espaços públicos.

Para participar do plebiscito, a pessoa terá que informar o nome e apresentar documento de identidade. O número será anotado numa folha de controle de presença. Podem votar todos os brasileiros maiores de 16 anos. Menores de 16 anos podem também expressar sua opinião, mas esses votos serão registrados em separado. A finalização da apuração nacional deverá acontecer até o dia 20 de setembro. O resultado final será encaminhado ao governo, para pressioná-lo a rever o processo de privatização da Vale.



A VALE É NOSSA

Justiça Federal reconhece que venda deve ser anulada

A campanha da CUT pretende mostrar que é possível fazer a Vale voltar a ser um patrimônio da nação brasileira. Até a Justiça já reconheceu que o processo de privatização deve ser anulado.

O Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília acatou o pedido para que o leilão seja revisto. À época da privatização, o patrimônio da companhia foi avaliado em R\$ 92,64 bilhões, 23 vezes o valor pelo qual ela acabou vendida.

Atualmente, o capital estrangeiro controla 65% das ações prioritárias (que dão preferência na distribuição dos lucros). Os dividendos da Vale, segundo estudos independentes consultados pela CUT, poderiam chegar hoje a R\$ 1 trilhão.



Você sabia...

...que a Vale é a principal produtora de bauxita, ouro (cujas imensas e lucrativas minas só foram abertas depois do leilão) e alumínio da América Latina?

...que as reservas de urânio (matéria-prima para a energia e armas nucleares) de posse da Vale são propriedade exclusiva da União e não podem ser vendidas?

...que o governo de Fernando Henrique Cardoso não levou em conta na avaliação para a venda 54 empresas em que a Vale operava, como a Açominas, a CSN e Usiminas?

...que também foram entregues de graça ao capital privado as reservas de titânio, calcário, dolomito, fosfato, estanho, cassiterita, granito, zinco, grafita e nióbio?

Locais de Votação

Dias 4, 5 e 6 de setembro de 2007

Justiça Federal da Rio Branco	10h às 17h
Justiça Federal da Venezuela	10h às 17h
Tribunal Regional Federal	10h às 17h
Tribunal Regional Eleitoral	10h às 17h
Tribunal Regional do Trabalho da Antônio Carlos	9h às 16h
Tribunal Regional do Trabalho da Lavradio	9h às 16h
Tribunal Regional do Trabalho da Gomes Freire	9h às 16h
Justiça Federal de Niterói	10h às 17h